

Relatório e contas 2016

Raize Serviços de Gestão S.A

1. Relatório de Gestão

1.1 Evolução da atividade em 2016

Em 2016, a Raize Serviços de Gestão S.A. (Raize Pagamentos) obteve proveitos no valor de 95 033€ notando-se um aumento continuado do nível de faturação mensal, tendência esperada para o ano de 2017.

Em termos de gastos gerais, a Sociedade despendeu 76 870€ em serviços externos, onde se destacam os gastos com a infraestrutura física da Sociedade, gastos em telecomunicações e tecnologias de informação intrinsecamente associados à atividade da empresa. Durante o ano de 2016, deu-se ainda o reforço dos quadros da Sociedade com a entrada de novos colaboradores representando um custo total de 82 802€.

Em termos de investimento durante 2016, é de notar o investimento contínuo em desenvolvimento tecnológico e operacional, considerado essencial para assegurar a competitividade da Sociedade num mercado cada vez mais digital.

Por fim, notamos que, apesar de uma política de gestão prudente de recursos financeiros, a empresa apresentou um resultado líquido negativo de -62 906€, o que reflete sobretudo o investimento que a empresa está a levar a cabo e o ainda crescente nível de receitas da empresa.



1.2 Riscos e incertezas para a atividade da sociedade

Evolução da Zona Euro

O ano de 2017 poderá trazer alterações ao enquadramento político e financeiro da Zona Euro, o que poderá afetar os mercados financeiros e de consumo. Adicionalmente, qualquer alteração significativa à estabilidade da Zona Euro, ao ambiente de taxas de juro e de câmbio (provocado, por exemplo, por um afastamento político, económico e monetário dos países da Zona Euro), poderá condicionar a atuação de particulares, empresas e alguns agentes de mercado, afetando de forma global o volume de transações processadas pela Raize Pagamentos.

Pressão concorrencial

É a expectativa base da Administração da Raize Pagamentos que o ano de 2017 não trará alterações significativas ao ambiente concorrencial em Portugal e na Zona Euro. Nesse sentido, a concorrência dos demais agentes de mercado poderá acentuar-se em alguns segmentos de clientes, tais como clientes de risco mais reduzido e dimensão superior, afetando de forma global o volume de transações processadas.



1.3 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após fecho do balanço, foi aprovado no mês de Fevereiro de 2017, um aumento de capital até um valor de 630 mil euros, subscrito por atuais e novos acionistas, e com vista a reforçar o investimento da Sociedade.

1.4 Valor das ações

A Raize Serviços de Gestão, SA é uma sociedade anónima de duração indeterminada, constituída no dia 14 de Novembro de 2013, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e identificação de pessoa coletiva 510896197. A Raize Pagamentos tem a sua sede social e escritório na Rua Joshua Benoliel, nº 6, 7º B, 1250-133 Lisboa.

A 7 de Julho de 2015 a Sociedade transforma-se em sociedade anónima e realiza um aumento de capital social para 175.000,00€, dando-se a respetiva entrada de novos acionistas. Nesse sentido, o capital social da Sociedade encontra-se totalmente realizado, ascendendo aos 175.000,00€ euros, representado por 175.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada.

1.5 Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os Administradores

Não existem relações de negócios entre a Sociedade e os Administradores da Raize Pagamentos além do relacionamento laboral e de trabalho em curso.

1.6 Existência de sucursais da sociedade

A Sociedade não tem filiais ou sucursais.



1.7 Gestão de riscos financeiros

Não se reconhecem riscos em matéria de gestão de riscos financeiros, sendo que por esse motivo a Sociedade não dispõe de uma política de cobertura de riscos financeiros.

1.8 Aplicação de resultados

A Administração da Raize Pagamentos propõe à Assembleia Geral que sejam transferidos para resultados transitados os resultados líquidos do período, no valor de -62 906€.

Lisboa, 7 de Março de 2017

Joana Beça
João Mendes

2. Demonstrações Financeiras

2.1. Balanço Analítico

Em 31 de Dezembro de 2016

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2016 | 2015 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 74 889,23 | 54 450,00 |
| Outros ativos financeiros | 9 | 426,63 | 92,50 |
| Ativos por impostos diferidos | 8 | 33 687,29 | 18 365,52 |
| | | 109 003,15 | 72 908,02 |
| Ativo corrente | | | |
| Clientes | 9 | 4 458,75 | |
| Adiantamentos a fornecedores | 9 | 443,94 | |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 2 000,00 | 2 746,16 |
| Outras contas a receber | 9 | 15 577,39 | 5 419,59 |
| Diferimentos | 13 | 3 503,55 | 3 196,74 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 529 393,58 | 327 022,63 |
| | | 555 377,21 | 338 385,12 |
| Total do ativo | | 664 380,36 | 411 293,14 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | 11 | | |
| Capital realizado | | 175 000,00 | 175 000,00 |
| Outros instrumentos capital próprio | | 150 000,01 | 150 000,01 |
| Resultados transitados | | -75 777,96 | -12 542,80 |
| Resultado líquido do período | | -62 905,08 | -63 235,16 |
| Total do capital próprio | | 186 316,97 | 249 222,05 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 9 | 1 870,95 | 331,83 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 12 757,71 | 2 746,57 |
| Financiamentos obtidos | 9 | 46 482,09 | 32 772,09 |
| Outras contas a pagar | 9 | 416 952,64 | 126.220,60 |
| | | 478 063,39 | 162 071,09 |
| Total do passivo | | 478 063,39 | 162 071,09 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 664 380,36 | 411 293,14 |

2.2 Demonstração dos Resultados por Naturezas

Em 31 de Dezembro de 2016

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2016 | 2015 |
| Vendas e serviços prestados | 7 | 95 032,83 | 17 891,84 |
| Fornecimentos e serviços externos | 12 | -76 869,41 | -55 444,42 |
| Gastos com o pessoal | 10 | -82 801,66 | -36 917,71 |
| Outros rendimentos e ganhos | 7 | 138,96 | 98,42 |
| Outros gastos e perdas | | -1 249,84 | -317,31 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -65 749,12 | -74 689,18 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 6 | -7 813,71 | -1 707,32 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -73 562,83 | -76 396,50 |
| Juros e gastos similares suportados | | -2 201,52 | -2 040,48 |
| Resultado antes de impostos | | -75 764,35 | -78 436,98 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 8 | 12 859,27 | 15 201,82 |
| Resultado líquido do período | | -62 905,08 | -63 235,16 |

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2016

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODO | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2016 | 2015 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 90 574,08 | 17 891,84 |
| Pagamentos a fornecedores | | 76 869,41 | 50 763,06 |
| Pagamentos ao pessoal | 10 | 82 801,66 | 35 364,79 |
| Caixa gerada pelas operações | | -69 096,99 | -68 236,01 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | 8 | 1669,95 | 2 787,50 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | 309 776,31 | 87 920,15 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | 239 009,37 | 16 896,64 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 20 439,23 | 6 007,32 |
| Investimentos financeiros | | 426,63 | 92,50 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Juros e rendimentos similares | | 138,96 | 98,42 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | -20 726,90 | -6 001,40 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | 11 | | 275 000,01 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 9 | 13 710,00 | 7 363,00 |
| Juros e gastos similares | | 2 201,52 | 2 040,48 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | -15 911,52 | 265 596,53 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 202 370,95 | 276 491,77 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 327 022,63 | 50 530,86 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 529 393,58 | 327 022,63 |

2.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Demonstração das alterações no capital próprio em 2015

| DESCRIÇÃO | Capital Realizado | Ações (quotas próprias) | Outros Instrumentos de capital próprio | Prêmios de emissão | Reservas Legais | Outras Reservas | Resultados Transakados | Resultado Líquido do Período | Total | Interesses minoritários | Total do Capital Próprio |
|--|-------------------|-------------------------|--|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|------------------------------|------------|-------------------------|--------------------------|
| POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 (1) | 20 002,00 | | 29 998,00 | | | | -320,62 | -14 715,93 | 34 963,45 | | 34 963,45 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2) | | | | | | | -12 222,18 | 14 715,93 | 2 493,75 | | 2 493,75 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3) | | | | | | | | -63 235,16 | -63 235,16 | | -63 235,16 |
| RESULTADO INTEGRAL (4=2+3) | | | | | | | | -48 519,23 | -60 741,41 | | -60 741,41 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5) | 154 998,00 | | 120 002,01 | | | | | | 275 000,01 | | 275 000,01 |
| POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 6=1+2+3+5 | 175 000,00 | | 150 000,01 | | | | -12 542,80 | -63 235,16 | 249 222,05 | | 249 222,05 |



Demonstração das alterações no capital próprio em 2016

| DESCRIÇÃO | Capital Realizado | Ações (quotas próprias) | Outros Instrumentos de capital próprio | Prêmios de emissão | Reservas Legais | Outras Reservas | Resultados Transitados | Resultado Líquido do Período | Total | Interesses minoritários | Total do Capital Próprio |
|--|-------------------|-------------------------|--|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|------------------------------|------------|-------------------------|--------------------------|
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 (1) | 175 000,00 | | 150 000,01 | | | | -12 542,80 | -63 235,16 | 249 222,05 | | 249 222,05 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2) | | | | | | | -63 235,16 | 63 235,16 | 0,00 | | 0,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3) | | | | | | | | -62 905,08 | -62 905,08 | | -62 905,08 |
| RESULTADO INTEGRAL (4=2+3) | | | | | | | | 330,08 | 330,08 | | 0,00 |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 5=1+2+3 | 175 000,00 | | 150 000,01 | | | | -75 777,96 | -62 905,08 | 186 316,97 | | 186 316,97 |

3. Anexos às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Raize Serviços de Gestão, SA é uma sociedade anónima de duração indeterminada, constituída no dia 14 de Novembro de 2013, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e identificação de pessoa colectiva 510896197. A Raize Pagamentos tem a sua sede social e escritório na Rua Joshua Benoliel, nº 6, 7º B, 1250-133 Lisboa.

A 7 de Julho de 2015 a Sociedade transforma-se em sociedade anónima e realiza um aumento de capital social para 175.000,00€, dando-se a respetiva entrada de novos acionistas. Nesse sentido, o capital social da Sociedade encontra-se totalmente realizado, ascendendo aos 175.000,00€ euros, representado por 175.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 7 de Março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A moeda de relato é o Euro, e os montantes são expressos em Euros, salvo indicação em contrário.



2. Referencial Contabilístico de Suporte à Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Este normativo aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, entrou em vigor nos exercícios iniciados em, ou após, 1 de Janeiro de 2010, e enfatiza a mensuração pelo Justo valor dos Ativos e Passivos, relegando para segundo plano a convenção dos custos históricos, e mantendo a observância dos princípios contabilísticos embutidos na estrutura conceptual – referencial teórico base do SNC - da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade de modo a que as contas evidenciem uma imagem verdadeira e correta dos resultados e situação financeira da empresa.

Doravante, o referencial contabilístico adotado é o SNC, através das suas disposições conhecidas por Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e, supletivamente, em caso de omissão, será aplicado o referencial contabilístico emanado do International Audit Standard Board (IASB) e as respetivas normas designadas por International Financial Reporting Standards (IFRS).

As Demonstrações Financeiras incluídas neste relatório não derogaram nenhuma disposição do SNC, bem como, não houve necessidade de recorrer supletivamente às IFRS. Todas as contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados por Naturezas são comparáveis com as do exercício anterior, por terem sido elaboradas sob o mesmo referencial contabilístico.



Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:


- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.



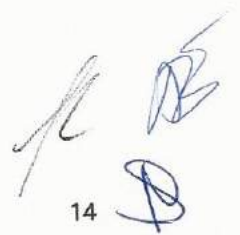
As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.



Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e equivalentes de caixa

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Raize Serviços de Gestão, SA analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.



- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os Rendimentos e gastos são registados independentemente do momento do recebimento e do pagamento, respetivamente. Quando os recebimentos ou os pagamentos acontecem antes dos rendimentos e gastos há lugar ao registo de Diferimentos, Ativos ou Passivos, respetivamente. Se os recebimentos e os pagamentos antecipados não estiverem afetos a uma transação específica então não deverão ser considerados como Diferimentos mas sim como adiantamentos a devedores ou a credores.

- Capital Social

O incremento de Capital Social é registado apenas quando realizado.



- Impostos

O Imposto sobre o rendimento do período compreende o Imposto corrente e o Imposto diferido. A sociedade regista o Imposto a pagar ou a deduzir no momento em que ocorre o facto gerador do Imposto, independentemente do momento de liquidação e cobrança do Imposto. O Imposto corrente é o Imposto sobre o rendimento que a fiscalidade determina que seja apurado no período, independentemente de o facto gerador de Imposto ter ocorrido ou não nesse mesmo exercício.

O Imposto diz-se diferido quando o facto gerador de Imposto ocorre num determinado período, mas o seu reconhecimento pela fiscalidade acontece num período subsequente.

As políticas contabilísticas adotadas seguem as Normas do SNC, e, relativamente ao futuro, numa perspetiva de continuidade e de consistência, não serão alteradas enquanto refletirem de forma real e apropriada a situação financeira e o desempenho económico da empresa.

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional



utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

A Caixa e os equivalentes de caixa não têm qualquer restrição quanto à sua liquidez:

| Descrição | Saldo inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|----------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Caixa | 87,89 | 142,83 | 230,72 | 0,00 |
| Depósitos à ordem | 121 734,74 | 9 787 862,66 | 9 495 203,82 | 414 393,58 |
| Outros depósitos bancários | 205 200,00 | 631 200,00 | 721 400,00 | 115 000,00 |
| Total | 327 022,63 | 10 419 205,49 | 10 216 834,54 | 529 393,58 |

Caixa e equivalentes no ano transato:

| Descrição | Saldo inicial | Débitos | Créditos | Saldo Final |
|----------------------------|------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| Caixa | | 5 309,55 | 5 221,66 | 87,89 |
| Depósitos à ordem | 40 530,86 | 2 978 229,18 | 2 897 025,30 | 121 734,74 |
| Outros depósitos bancários | 10 000,00 | 1 017 500,00 | 822 300,00 | 205 200,00 |
| Total | 50 530,86 | 4 001 038,73 | 3 724 546,96 | 327 022,63 |

5. Divulgação de Partes Relacionadas

A Raize Serviços de Gestão, SA tem o seu capital social disperso por diversos acionistas empresariais e individuais:

| | N.º de ações | Valor |
|-----------------------|----------------|-------------------|
| Afonso Eça | 77.875 | 77,875.00 |
| José Maria Rego | 77.875 | 77,875.00 |
| Geosea Solutions, Lda | 5.250 | 5,250.00 |
| Parinama, SA | 3.500 | 3,500.00 |
| Ciclocerto, Lda | 3.500 | 3,500.00 |
| Simum, SGPS, SA | 3.500 | 3,500.00 |
| Partac, SGPS, SA | 3.500 | 3,500.00 |
| Total | 175,000 | 175,000.00 |

A fiscalização da empresa é realizada pelo Fiscal Único JOAQUIM GONÇALVES & ASSOCIADA, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS LDA, que emite com referência a cada exercício a Certificação Legal das Contas, tendo um honorário anual de 1.000€ acrescidos de IVA à taxa legal.

6 Ativos Fixos Tangíveis

As movimentações para cada classe de ativos, ocorridas no exercício anterior e no exercício em relato foram as seguintes:

| Descrição | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros AFT | AFT em curso | Adiantamentos AFT | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|------------|--------------|-------------------|-----------|
| Valor bruto no início | | | | | 1 707,32 | | | 54 450,00 | | 54.450,00 |
| Saldo no início do período | | | | | 0,00 | | | 54 450,00 | | 54.450,00 |
| Varições do período | | | | 24 998,90 | 3 254,04 | | | | | 29 960,26 |
| Total de aumentos | | | | 24 998,90 | 3 254,04 | | | | | 29 960,26 |
| Depreciações do período | | | | 6 249,72 | 1 563,99 | | | | | 7 813,71 |
| Saldo no fim do período | | | | | | | | 54.450,00 | | 74 889,23 |
| Valor bruto no fim do período | | | | 24 998,90 | 4 961,36 | | | 54.450,00 | | 84 410,26 |
| Depreciações acumuladas no fim do período | | | | 6 249,72 | 3 271,31 | | | | | 9 521,03 |

Ativos fixos tangíveis no ano transato

| Descrição | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Equipamentos biológicos | Outros AFT | AFT em curso | Adiantamentos AFT | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|------------|--------------|-------------------|-----------|
| Valor bruto no início | | | | | | | | 50.150,00 | | 50.150,00 |
| Saldo no início do período | | | | | | | | 50.150,00 | | 50.150,00 |
| Varições do período | | | | | | | | 4.300,00 | | 4.300,00 |
| Total diminuições | | | | | 1.707,32 | | | | | 1.707,32 |
| Depreciações do período | | | | | 1.707,32 | | | | | 1.707,32 |
| Outras transferências | | | | | 1.707,32 | | | 4.300,00 | | 6.007,32 |
| Saldo no fim do período | | | | | | | | 54.450,00 | | 54.450,00 |
| Valor bruto no fim do período | | | | | 1.707,32 | | | 54.450,00 | | 56.157,32 |
| Depreciações acumuladas no fim do período | | | | | 1.707,32 | | | | | 1.707,32 |



7. Rédito

As prestações de serviços e parte dos outros rendimentos e ganhos registados pela Raize Serviços de Gestão, SA respeitam ao débito a terceiros de serviços de pagamentos. A operação está toda localizada no espaço geográfico português, conforme se apresenta:

| Descrição | Valor Período | Valor Período anterior |
|-----------------------|------------------|------------------------|
| Prestação de serviços | 95 032,83 | 17 891,84 |
| Total | 95 032,83 | 17 891,84 |

8. Impostos e Estado e outros entes públicos

A sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida da derrama municipal. Está, ainda, sujeita à Derrama Estadual à taxa de 3% sobre o lucro tributável que exceder os 1.500.000€, aplicando-se ao lucro tributável excedente dos seguintes intervalos:

| Lucro tributável (em euros) | Taxas |
|-------------------------------------|-------|
| De mais de 1 500 000 até 7 500 000 | 3% |
| De mais de 7 500 000 até 35 000 000 | 5% |
| Superior a 35 000 000 | 7% |

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal da Raize Serviços de Gestão, SA está sujeita a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da empresa referentes ao exercício em relato poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração não prevê que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de Impostos possam ter efeito significativo nas

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016. Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis, por um período de cinco anos para os períodos tributáveis de 2012 e 2013 e por um período de doze anos a partir do período tributável de 2014, após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução até 70% dos lucros fiscais gerados durante esse período.

Principais componentes do gasto de imposto sobre o rendimento:

| Descrição | Valor Período |
|---|--------------------|
| Resultado antes de impostos do período | (75 764,35) |
| Imposto corrente | 2 462,50 |
| Imposto diferido | (15 321,77) |
| Imposto sobre o rendimento do período | (12 859,27) |
| Tributações autónomas | 2 462,50 |

Gasto de imposto sobre rendimento no ano transacto:

| Descrição | Valor Período |
|---|--------------------|
| Resultado antes de impostos do período | (78 436,98) |
| Imposto corrente | 669,95 |
| Imposto diferido | (15 871,77) |
| Imposto sobre o rendimento do período | (15 201,82) |
| Tributações autónomas | 669,95 |

Foram reconhecidos impostos diferidos no montante de 18.366€, correspondentes aos prejuízos fiscais reportáveis, cujos cálculos são evidenciados no quadro seguinte:

| Ano | Prejuízos Fiscais | 17% | 21% | Total | Débito | Crédito |
|------|---------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|---------|
| 2014 | 14 669,10 € | 2 493,75 € | | 2 493,75 € | | |
| 2015 | 78 436,98 € | 2 550,00 € | 13 321,77 € | 15 871,77 € | 2741 | 8122 |
| 2016 | 75 764,35 € | 2 550,00 € | 12 771,71 € | 15 321,77 € | 2741 | 8122 |
| | 168 870,43 € | 7 593,75 € | 26 082,28 € | 33 687,29 € | | |

Relativamente a outros impostos e contribuições, a decomposição dos saldos no final do exercício é a seguinte:

| Descrição | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|--|-----------------|------------------|
| Pagamentos por conta | 1 000,00 | |
| Pagamentos por conta | 1 000,00 | |
| IRC a receber / pagar | | 2 427,75 |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | 738,27 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | | 5 311,51 |
| Contribuições para a Segurança Social | | 1 732,73 |
| Outras tributações | | 2 547,45 |
| Total | 2 000,00 | 12 757,71 |

Impostos e contribuições no ano transato:

| Descrição | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|--|-----------------|-----------------|
| Pagamentos por conta | 1 000,00 | |
| Pagamentos por conta | 1 000,00 | |
| Retenções efetuadas por terceiros | 1,30 | |
| IRC a receber / pagar | 1 746,16 | |
| Retenção de impostos sobre rendimentos | | 501,60 |
| Contribuições para a Segurança Social | | 1 051,32 |
| Outras tributações | | 525,00 |
| Total | 2 747,46 | 2 077,92 |

9. Instrumentos financeiros

O saldo das contas de Clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação, é expectável a sua boa cobrança no período seguinte, estando deduzidos dos valores em imparidade quando se considere ser possível a incapacidade em recuperar totalmente os ativos. Os instrumentos financeiros decompõem-se conforme se apresenta:

| Descrição | Mensurados ao justo valor | Mensurados ao custo amortizado | Mensurados ao custo | Imparidade acumulada | Reconhecimento Inicial |
|------------------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Ativos financeiros: | | | 20 480,08 | | |
| Clientes | | | 4 458,75 | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | | 443,94 | | |
| Outras contas a receber | | | 15 577,39 | | |
| Passivos financeiros: | | | 159.324,52 | | |
| Fornecedores | | | 1870,95 | | |
| Financiamentos obtidos | | | 46482,09 | | |
| Outras contas a pagar | | | 416 952,64 | | |

As outras contas têm a seguinte decomposição:

| Descrição | Saldo Devedor | Saldo Credor |
|-------------------------------|------------------|-------------------|
| Devedores e credores diversos | 15 577,39 | 1 377,62 |
| Acréscimo de gastos | | 12 857,54 |
| Conta utilizadores | | 402 717,48 |
| Total | 15 577,39 | 416 952,64 |

Nas contas de devedores diversos todos os saldos reconhecidos encontram-se dentro dos prazos acordados de recebimento. Nas contas de credores diversos todos os saldos reconhecidos encontram-se dentro dos prazos de pagamentos acordados. A conta utilizadores reflete o saldo disponível de utilizadores do serviço de pagamentos.

Instrumentos financeiros no ano transato:

| Descrição | Mensurados ao justo valor | Mensurados ao custo amortizado | Mensurados ao custo | Imparidade acumulada | Reconhecimento Inicial |
|------------------------------|---------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------|------------------------|
| Ativos financeiros: | | | 5 419,59 | | |
| Outras contas a receber | | | 5 419,59 | | |
| Passivos financeiros: | | | 159 324,52 | | |
| Fornecedores | | | 331,83 | | |
| Financiamentos obtidos | | | 32 772,09 | | |
| Outras contas a pagar | | | 126 220,60 | | |

10. Benefícios ao Pessoal

Os dados relativos aos colaboradores da empresa no exercício são os seguintes:

| Descrição | Nº Médio de Pessoas | Nº Médio de Pessoas (ano transato) |
|---|---------------------|------------------------------------|
| Pessoas ao serviço da empresa | 5 | 3 |
| Pessoas remuneradas | 5 | 3 |
| Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário | 5 | 3 |
| Pessoas a tempo completo | 5 | 3 |
| (das quais pessoas remuneradas) | 5 | 3 |
| Pessoas ao serviço da empresa por sexo | 5 | 3 |
| Masculino | 4 | 3 |
| Feminino | 1 | 0 |

Os benefícios atribuídos aos colaboradores e respetivos encargos sociais registados como gasto no exercício foram os seguintes:

| Descrição | Valor Período | Valor Período anterior |
|---------------------------------|------------------|------------------------|
| Gastos com o pessoal | 82 801,66 | 36 917,71 |
| Remunerações dos órgãos sociais | 15 040,00 | 11 110,00 |
| Remunerações do pessoal | 51 835,89 | 18 650,00 |
| Encargos sobre as remunerações | 15 625,78 | 6 943,71 |
| Outros gastos com o pessoal | 299,99 | 214,00 |

11. Movimentos e contas de Capital Próprio

As movimentações ocorridas no exercício nos capitais próprios, para além do efeito produzido pelos resultados líquidos, podem ser observadas na respetiva demonstração de alterações no capital próprio, respeitando a:

- Aplicação do resultado negativo de -63 235,16€ apurado em 2015;

De acordo com a lei vigente, a Reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital social ou compensar prejuízos. A Reserva legal é reforçada anualmente em pelo menos 5% do lucro apurado em cada ano, até atingir, no mínimo, 20% do Capital social.

12. Fornecimento e Serviços Externos

A decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos reconhecidos pela empresa na demonstração dos resultados os seguintes:

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|---|------------------|---------------------|
| Serviços especializados | 37 779,40 | 20 536,46 |
| Trabalhos especializados | 35 139,59 | 10 457,76 |
| Publicidade e propaganda | 49,78 | 145,76 |
| Honorários | 375,00 | 9 370,00 |
| Outros | 2 215,03 | 562,94 |
| Materiais | 3 040,05 | 4 046,66 |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 1 697,83 | 2 819,14 |
| Livros e documentação técnica | 51,23 | 61,18 |
| Material de escritório | 1 160,32 | 1 101,99 |
| Artigos para oferta | 130,67 | 64,35 |
| Energia e fluidos | 1 572,64 | 1 034,12 |
| Eletricidade | 1 338,72 | 875,49 |
| Água | 233,92 | 158,63 |
| Deslocações, estadas e transportes | 12 769,70 | 7 666,32 |
| Deslocações e estadas | 12 769,70 | 7 666,32 |
| Serviços diversos | 13 550,08 | 22 160,86 |
| Rendas e alugueres | 13 447,88 | 13 442,00 |
| Comunicação | 2 985,18 | 1 514,43 |
| Seguros | 404,65 | 365,55 |
| Contencioso e notariado | 999,00 | 1 695,68 |
| Despesas de representação | 2 408,42 | 3 349,75 |
| Limpeza, higiene e conforto | 1 360,29 | 1 793,45 |
| Total | 76 869,41 | 55 444,42 |

13. Diferimentos

De acordo com a Nota 3, a 31 de Dezembro a rubrica Diferimentos era apresentada do seguinte modo:

| Descrição | Valor Período | V. Período Anterior |
|--------------------------|-----------------|---------------------|
| Ativos | | |
| Gastos a reconhecer | 3 503,55 | 3 196,74 |
| Total | 3 503,55 | 3 196,74 |
| Passivos | | |
| Rendimentos a reconhecer | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 |

14. Outras informações

14.1 Impostos e contribuições

Em cumprimento do artigo 21 do decreto-lei 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que a Raize Serviços de Gestão, SA tem as suas obrigações contributivas em situação regular com a Segurança Social e não se encontra em situação de mora por dívidas ao Estado.

14.2 Ações próprias

A Raize Serviços de Gestão, SA não detêm ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

14.3 Acontecimentos após a data do balanço

Após fecho do balanço, foi aprovado no mês de Fevereiro de 2017, um aumento de capital até um valor de 630 mil euros, subscrito por atuais e novos acionistas, e com vista a reforçar o investimento da Sociedade.

O Técnico Oficial de Contas:

Natália Santos
N.º 229620094
Membro 84682

O Conselho de Administração:

Jose Maria Rego

JOSE MARIA ANTUNES DOS SANTOS REGO

Afonso Fuzeta

AFONSO FUZETA DA PONTE DA CUNHA DE EÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**RAIZE – Serviços de Gestão, SA**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de dois mil e dezasseis (que evidencia um total de 664.380 euros e um total de capital próprio de 186.317 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 62.905 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **RAIZE – Serviços de Gestão, SA** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística ;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Joaquim Gonçalves & Associada

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Portela, 10 de março de 2017

**Joaquim Gonçalves & Associada, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
(representada por Joaquim de Jesus Gonçalves, ROC n.º 826)**



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
Exercício de 2016

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários cumpre-nos apresentar o relatório da acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Balanço, Contas e Relatório de Gestão, elaborado pela Administração da sociedade anónima denominada **RAIZE – Serviços de Gestão, SA**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

1. RELATÓRIO

- 1.1. Acompanhámos a actividade da sociedade através da informação contabilística e extra contabilística e dos esclarecimentos obtidos junto dos Serviços e da Administração.
- 1.2. No desempenho das nossas funções efectuámos os procedimentos, conferências e verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovámos a adequabilidade dos critérios valorimétricos utilizados.
- 1.3. Não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação que ponha em causa os preceitos legais aplicáveis e o contrato de sociedade.
- 1.4. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas emitimos relatório anual sobre a fiscalização efectuada que integrado no contexto do presente relatório conclui pela emissão da certificação legal de contas.
- 1.5. Após o encerramento das contas, procedemos à apreciação do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz a situação da Sociedade, assim como a proposta de aplicação de resultados.

Joaquim Gonçalves & Associada
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

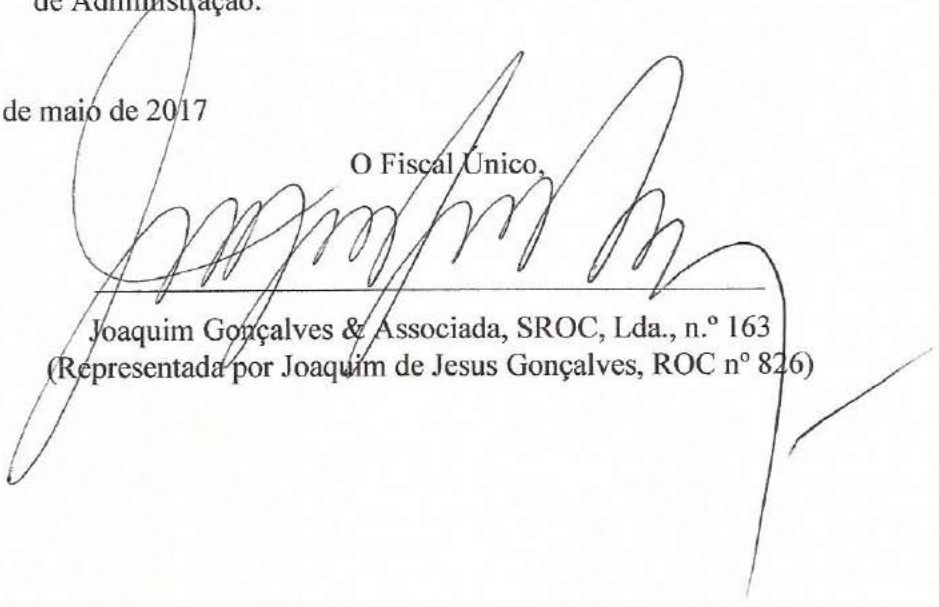
2. PARECER

Assim, e como resultado da informação que nos foi fornecida, das verificações efectuadas e tendo em consideração os documentos elaborados, como Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas da sociedade **RAIZE – Serviços de Gestão, SA**, reportadas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Portela, 10 de maio de 2017

O Fiscal Único,



Joaquim Gonçalves & Associada, SROC, Lda., n.º 163
(Representada por Joaquim de Jesus Gonçalves, ROC n.º 826)

ACTA NÚMERO 3

No dia 31 (trinta e um) de Março de 2017 (dois mil e dezassete), pelas dezoito horas e trinta minutos, no Espaço Amoreiras – Centro Empresarial, Rua D. João V, n.º 24, piso – 1, 1.03, 1250-091 Lisboa, reuniu a Assembleia Geral da **RAIZE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.**, sociedade anónima com sede na Rua Joshua Benóliel, nº 6, 7 B, freguesia de Campo de Ourique, concelho de Lisboa, com o capital social de € 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil euros), entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 510 896 197, doravante designada por «**Raize**» ou por «**Sociedade**».

Face à ausência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral assumiu a presidência da mesma o accionista Exmo. Sr. Dr. Afonso Eça, devidamente secretariado pelo Exmo. Sr. Dr. Tiago Gama, na qualidade de Secretario da Mesa da Assembleia Geral, os quais verificaram encontrarem-se presentes ou representados os accionistas da Raize, devidamente identificados na lista de presenças que fica arquivada na sede social, com menção a esta acta, titulares das acções representativas da totalidade do capital social da Sociedade e, bem como Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Sociedade.

Após verificação de que a Assembleia Geral tinha sido devidamente convocada através de convocatória enviada a todos os accionistas em 09 de março de 2017 e de que todos os accionistas se encontravam devidamente representados e que pretendiam reunir, foi por todos considerado que a Assembleia Geral estava validamente constituída e apta a deliberar sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016;

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativos ao exercício de 2016;

Ponto Três: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Entrando de imediato no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Exmo. Sr. Dr. José Maria Rego para que este efectuasse uma breve apresentação sobre as contas do exercício de 2016, bem como sobre as perspectivas futuras da Sociedade.

De seguida, foram analisados pelos accionistas o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Relatório de Gestão, o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal relativos ao exercício de 2016 (dois mil e dezasseis), os quais evidenciam um resultado líquido negativo do exercício no montante de € 62.906 (sessenta e dois mil, novecentos e seis euros).

Colocados à votação, foram os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016 (dois mil e dezasseis) aprovados por unanimidade.

Entrando, de seguida, no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos, foi apresentada à assembleia a proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão, a qual ia no sentido de o resultado líquido do exercício de 2016 (dois mil e dezasseis), no referido montante negativo de € 62.906 (sessenta e dois mil, novecentos e seis euros), ser transferido para a conta de resultados transitados.

Colocada à votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.

Já no âmbito do **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos, a assembleia geral deliberou, por unanimidade, expressar a sua satisfação pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da Sociedade no exercício de 2016 (dois mil e dezasseis) e manifestar, conseqüentemente, um voto de confiança e de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos e por cada um dos seus membros.

123

RAIZE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.
Rua Joshua Benoliel, n° 6, 7 B, 1250-133 Lisboa, freguesia de Campo de Ourique, concelho de Lisboa
N.I.P.C. 510 896 197 Capital Social EUR. 175.000,00 €
ATAS DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Nada mais havendo a tratar, a presente Assembleia Geral foi encerrada pelas dezanove horas e a presenta acta foi devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da Sociedade.

João Gomes


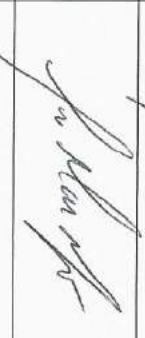
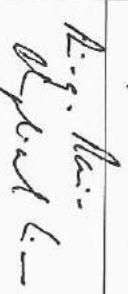
João Ege



LISTA DE PRESENCAS DA ASSEMBLEIA GERAL DA SOCIDADE "RAIZE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A."


Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 510 896 197, com sede na Rua Joshua Benioliel, nº 6, 7 B, freguesia de Campo de Ourique, concelho de Lisboa, com o capital social de € 575.000,00, representado por 575.000 acções de € 1,00 cada uma


Acta de Assembleia Geral Número 3, de 31 de Março de 2017, pelas 18:30 horas.

LISTA DE ACCIONISTAS

| Accionista | Domicílio | Número, categoria e valor nominal das acções | Percentagem | Representante | Rubrica |
|--|---|--|-------------|---------------|---|
| Afonso Fuzeta da Ponte da Cunha de Eça | Rua São Bernardo 14, Bloco 1, 3E 1200-825 Lisboa | 181.618 | 31,59% | |  |
| José Maria Antunes dos Santos Rego | Avenida Salvador Allende, nº 76, Lote 2 2770 - 154 Paço d' Arcos | 181.618 | 31,59% | |  |
| PARTAC, SGPS S.A., | Rua Professor Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 9, P 4º, Sala B2, 1070-374 Lisboa | 30.667 | 5,33% | |  |
| SIMUM, SGPS, S.A. | Rua Tierno Galvan, Torre 3 das Amoreiras, 17º piso, 1070-274 Lisboa | 23.000 | 4% | |  |
| CICLOCERTO, LDA. | Rua Tierno Galvan, Torre 3 das Amoreiras, 17º piso, 1070-274 Lisboa | 23.000 | 4% | |  |
| GEOSEA SOLUTIONS LDA. | Avenida da República nº 6, 7º Esq, 1050-191 Lisboa | 28.750 | 5% | |  |

| | | | | | |
|--|---|--------|------|---|---|
| PARINAMA - PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS, S.A. | Rua Tierno Galvan - Amoreiras, Torre 3, 3.º, Fracções "DI", "DJ, e "DK", 1070-274 Lisboa | 23.000 | 4% |  | |
| TUNX INVEST, Lda. | Rua Alexandre Herculano, n.º 23, 2.º 1250-008 Lisboa | 8.600 | 1,5% |  | |
| SIXC, Lda. | Rua Alexandre Herculano, n.º 23, 2.º 1250-008 Lisboa | 2.871 | 0,5% |  | |
| Pedro Miguel Gouveia Palos | Av. Antonio Augusto de Aguilar 144 7.º Esq. 1050-021 Lisboa | 14.375 | 2,5% |  |  |
| POTUS, Lda | Rua Ivens, 42, 1.º 1200-227 Lisboa | 57.500 | 10% |  | |


Presidente da Mesa da Assembleia Geral


Secretário da Mesa da Assembleia Geral